

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ TRECHO OESTE (SECRETARIADA) - PRESENCIAL – No dia 06/11/2025 (seis de novembro de dois mil de vinte e cinco), quinta-feira ao 13h30, reuniram-se os membros do Subcomitê Oeste com os seguintes pontos de pautas: **1) Aprovação da Pauta; 2) Aprovação de atas; 3) Indicação de 1 membro para compor o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão; 4) Indicação de um membro 1 titular e 1 substituto para Comitê de Monitoramento dos processos de Concessão de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro - Bloco 4; 5) Calendário 2026; 6) Apresentação do plano de monitoramento do subcomitê Oeste; 7) Plano Geral De Monitoramento da Baía da Guanabara; 8) Aprovar para o ano de 2026 a semana do rio a ser realizada pelo CBH-BG em conjunto com as secretarias municipais de meio ambiente e/ou educação com foco principal em Bacias Hidrográficas.** A reunião foi iniciada às 13h26 com quórum de segunda chamada. Sobre o **ponto de pauta 1: Aprovação da Pauta**, Jorge Antônio Silva leu a proposta de pauta e não havendo objeções, a pauta foi aprovada por unanimidade. Seguindo para **ponto de pauta 2: Aprovação Atas reunião 22/09/2025**, Jorge Antônio Silva - SENGE leu a ata. Humberto Garcia - Prefeitura de Mesquita apontou duas questões: referiu-se à inconsistência entre a informação inicial de que a reunião teria sido cancelada, porém, em trecho posterior do documento, o registro de deliberações, e abordou uma questão de caráter técnico sobre o escopo da ata, ressaltando que o documento deve registrar exclusivamente os fatos ocorridos durante a reunião, com base na participação dos presentes. José Paulo Azevedo - UFRJ manifestou concordância, sugerindo que o registro dos fatos relacionados à ocorrência policial seja sucinto e objetivo. Informou que outra questão é a denominação correta GT Tolueno e Outras Emergenciais Ambientais, uma vez que o evento ocorrido não se restringiu exclusivamente ao tolueno. Jorge Antônio Silva e Jacqueline Guerreiro - Trama Ecológica manifestaram discordância em relação à retirada dos ocorridos da pauta e argumentaram que esse fato decorreu diretamente de uma provocação intencional ocorrida no contexto da reunião, integrando os acontecimentos que precisam constar em ata, pois são o motivo da reunião não ter se cumprido em sua totalidade. Jorge Antônio Silva sugeriu que a ata corresse normalmente e que, ao fim, houvesse uma observação sobre os ocorridos. José Avelar e Morvan Nobre, representante



31 da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (SEAERJ),
32 sugeriram que os fatos constados em ata fossem cronologicamente mais claros quanto ao
33 período que aconteceram momentos anteriores à reunião, a reunião propriamente dita e os
34 acontecimentos posteriores. Humberto Saito informou que é partidário de que a ata deve
35 refletir o que aconteceu. Jorge Antônio Silva apresentou o seguinte encaminhamento:
36 corrigir o nome GT Tolueno e acrescentar o horário da decisão, além de corrigir a palavra
37 “cancelada”. O encaminhamento foi aprovado por unanimidade. Não havendo objeções, a
38 ata foi aprovada após correções exigidas no encaminhamento. Em seguida, Jorge Antônio
39 Silva solicitou inversão dos itens 3 e 4, ao passo que não houve objeções. Sobre o **ponto**
40 **de pauta 4. Indicação de um membro 1 titular e 1 substituto para Comitê de**
41 **Monitoramento dos processos de Concessão de Saneamento do Estado do Rio de**
42 **Janeiro - Bloco 4**, Jorge Antônio passou a palavra para Ilca Bezerra, do Comitê de
43 Monitoramento da Concessão de Serviço de Água e Monitoramento do Rio de Janeiro,
44 bloco 4, que apresentou o Regimento Interno do Comitê de Monitoramento, destacando
45 que, conforme deliberação ocorrida na última plenária do Comitê sobre o incentivo às
46 entidades a realizarem pré-inscrição para participação no Comitê de Monitoramento.
47 Esclareceu que essa iniciativa decorreu dos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) de
48 Vacância, do qual participou, que identificou a proximidade do período de renovação dos
49 membros e a necessidade de atrair entidades efetivamente dispostas a participar do
50 Comitê de Monitoramento. Apresentou as categorias, sendo elas: titulares dos municípios,
51 entidades relacionadas ao setor de saneamento básico, usuários de serviços,
52 organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao saneamento,
53 coletivos atrelados à temática do saneamento básico, grupos de pesquisa acadêmicos,
54 Estado e Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Jorge Antônio Silva questionou sobre
55 a presença do Ministério Público (MP), ao que Ilca Bezerra informou que a posição do MP
56 não está clara. Seguiu destacando que apesar da realização frequente de reuniões
57 integradas dos quatro blocos, há dificuldade de atingir o quórum mínimo. Comunicou uma
58 recente proposta de criação de um GT de Monitoramento Ambiental, com o objetivo de
59 aprimorar o acompanhamento do cumprimento dos contratos pelas concessionárias, uma
60 vez que os relatórios da FIP, que é um certificador independente do Ministério do Meio
61 Ambiente, são insuficientes. Deixou como exemplo o balanço entre entrada de esgoto e



62 geração de lodo, de forma a verificar se todo o volume recebido é efetivamente tratado.
63 Finalizou reiterando a necessidade de participação dos membros e realização de pré-
64 inscrição para os não membros. Licínio Machado - Federação das Associações de
65 Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM Rio informou que as reuniões são
66 abertas, realizadas de forma híbrida, e convidou os presentes. José Paulo Azevedo
67 ressaltou a importância de mapear as instituições que já integram o Comitê da Baía de
68 Guanabara (CBG), mas que ainda não indicaram representantes para o Comitê de
69 Monitoramento e questionou se o Regimento Interno não seria revisado. Ilca Bezerra
70 informou que estava prevista uma revisão após seis meses de sua aprovação, porém essa
71 revisão ainda não ocorreu, em razão da dificuldade de obtenção de quórum. Destacou que
72 a participação da sociedade civil é essencial para viabilizar essa revisão. Após ampla
73 discussão em relação à integração dos comitês, maior necessidade da participação de
74 membros, definição do que é um comitê e sobre o regimento interno, Jacqueline Guerreiro
75 solicitou o registro de que o conflito existente entre a percepção da sociedade civil quanto à
76 relevância política da comissão e determinadas definições oriundas do poder público, se
77 articulam com os debates realizados no ponto anterior da pauta, que visam desmobilizar a
78 incidência política da sociedade civil no âmbito da comissão. Jorge Antônio Silva
79 questionou se havia algum membro com interesse em participar, ao passo que pela
80 ausência de respostas, não houve deliberações. Sobre o **ponto de pauta 3: Indicação de**
81 **1 membro para compor o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão**, Jorge
82 Antônio Silva informou que Jacqueline Guerreiro estava inscrita para participar. Após
83 ampla discussão, Jacqueline Guerreiro apresentou três pontos principais relacionados à
84 orientação do coordenador: a importância da devolutiva sistemática das atividades do GT
85 ao Comitê, com linguagem didática, de forma a ampliar a compreensão coletiva sobre o
86 acompanhamento contratual; que o acompanhamento do contrato exige leitura política, não
87 se restringindo a análises meramente contábeis ou formais, já existentes em outras
88 instâncias técnicas e jurídicas; e o caráter pedagógico da relação entre titularidade e
89 suplência, defendendo que o suplente deve acompanhar permanentemente os trabalhos e
90 declarou disposição para colaborar mesmo sem ocupar a titularidade, com o objetivo de
91 fortalecer o Comitê de forma coletiva. Tânia Sousa (AGEVAP) informou que o membro
92 escolhido precisa ter paridade e os Subcomitês que indicaram primeiro ficam como titulares



93 e os demais como suplentes. Jacqueline Guerreiro solicitou questão de ordem,
94 questionando a base normativa dessa interpretação. Na ausência de respostas
95 satisfatórias ao questionamento, Jorge Antônio Silva encaminhou que as indicações
96 discutidas seriam aprovadas no âmbito do subcomitê e posteriormente remetidas ao
97 Comitê Geral. Jacqueline Guerreiro sugeriu novo encaminhamento da exposição da base
98 normativa. Rejany Ferreira - REDECCAP esclareceu que o regimento interno apenas
99 estabelece que a vice-presidência coordene o grupo de acompanhamento, função exercida
100 por Adriana Bocaiuva. Como Adriana Bocaiuva representa a sociedade civil, uma das
101 vagas já se encontra preenchida. Informou ainda que a exigência de paridade não
102 decorreu de deliberação do comitê, mas do contrato firmado com o INEA (Instituto Estadual
103 do Ambiente). Em razão da demora na indicação, a outra vaga da sociedade civil acabou
104 indicada por Maricá, o que resultou na composição atualmente existente. Jacqueline
105 Guerreiro ponderou que não houve erro, apenas que uma reunião ocorreu antes da outra.
106 Rejany Ferreira explicou que, havendo mais de uma candidatura da sociedade civil, o
107 encaminhamento deverá seguir para deliberação na plenária do Comitê. Explicou que há
108 vagas de suplência abertas para usuário e poder público. Jacqueline Guerreiro ressaltou
109 que, na ausência de eleição no Comitê geral, não há titulares formalmente, exceto, por
110 Adriana Bocaiuva, na qualidade de vice-presidente. Jorge Antônio Silva registrou que havia
111 duas indicações apresentadas, Jacqueline Guerreiro e Uiara Martins - Fórum Nacional da
112 Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas – FONASC como sociedade civil e
113 propôs votação para decidir qual seria a indicação final para o GACG. Foi deliberado que a
114 indicada será Jacqueline Guerreiro. Humberto Saito se voluntariou para a vaga de poder
115 público e, não havendo objeções, sua indicação foi aprovada. Não havendo voluntários
116 para a vaga de usuário, foi deliberado que a indicação seria definida na próxima reunião.
117 Passando para o **ponto de pauta 5: Calendário 2026**, Jorge Antônio Silva apresentou a
118 sugestão de calendário anual de reuniões ordinárias do subcomitê, ocorrendo nos meses
119 de março, junho, setembro e novembro, sempre na segunda ou terceira quinta-feira do
120 mês. Após ampla discussão, foi deliberado que as reuniões ocorrerão na segunda quinta-
121 feira do mês que antecede as reuniões do Comitê de modo a permitir o encaminhamento
122 adequado de temas e deliberações. Em relação ao **ponto de pauta 6: Apresentação do**
123 **plano de monitoramento do subcomitê Oeste**, Daniel Hoefle se apresentou como



124 coordenador do GT de monitoramento do Comitê e relatou que o grupo vem discutindo o
125 novo contrato de monitoramento, considerando que o contrato vigente se encerra em maio
126 do próximo ano. Explicou que trouxe a discussão ao subcomitê como forma de devolutiva e
127 para reflexão sobre novos pontos e parâmetros de monitoramento, já debatido no âmbito
128 do PAAD (Programação Anual de Atividades e Desembolso). Daniel Hoefle mencionou
129 contribuições recebidas relacionadas ao rio Estrela e ao canal do Farias e que José Avelar
130 e Frederico Ayres Pinheiro apresentaram proposta contemplando diversos pontos
131 adicionais. Foram realizadas reuniões no âmbito do grupo e posteriormente uma reunião
132 presencial em Duque de Caxias, com participação de representantes municipais, para
133 definição inicial dos pontos de monitoramento, buscando evitar redundâncias. Após
134 discussão, Daniel Hoefle destacou que a prioridade consiste em manter o máximo possível
135 dos pontos já existentes, em razão da série histórica, e avaliar a expansão de forma
136 criteriosa. Complementou que alguns dos pontos indicados apresentam dificuldades de
137 acesso, o que pode inviabilizar a coleta. Luciana Falcão - Viva Cosme Velho questionou se
138 algum ponto atualmente monitorado havia sido indicado para exclusão na proposta
139 apresentada e quais seriam eles. Daniel Hoefle respondeu que não há decisão final sobre
140 cortes e ressaltou que não é possível monitorar todos os rios, dadas as limitações
141 operacionais e orçamentárias. Acrescentou que há também restrições relacionadas a
142 pontos já monitorados pelo INEA. Daniel Hoefle, em retorno ao questionamento sobre
143 pontos móveis e eventuais ajustes, informou que o tema já havia sido levado à AGEVAP,
144 sem retorno até então. Após ampla discussão sobre quantidade de pontos indicados, quais
145 rios estariam contemplados, que eventuais divergências quanto à localização exata dos
146 pontos poderiam ser tratadas posteriormente pelo GT, mas que idealmente a aprovação do
147 conjunto de trinta pontos era necessária naquela reunião, Frederico Ayres Pinheiro
148 informou que a proposta foi encaminhada na semana anterior e que naquela versão inicial,
149 alguns pontos não foram considerados por falta de tempo hábil para contato com
150 representantes da zona oeste do Rio de Janeiro e que a tabela enviada contém apenas a
151 numeração dos pontos, coordenadas e simbologia, sem a identificação nominal dos rios,
152 atribuindo essa identificação ao GT de monitoramento. Micheline Marcon - FIPERJ
153 recordou que, antes da reunião do GT, Daniel Hoefle havia encaminhado mensagem no
154 grupo de WhatsApp do subcomitê explicando o processo relacionado ao novo contrato de



155 monitoramento e solicitando que o subcomitê indicasse novos pontos de monitoramento
156 para consideração na proposta, e apenas ela e José Avelar haviam encaminhado
157 propostas de pontos. Informou que essas propostas chegaram a ser levadas à reunião do
158 grupo de trabalho, mas não foram aprovadas por questão de ordem, uma vez que ainda
159 não haviam passado por deliberação do subcomitê. Destacou que a presente reunião tinha
160 exatamente essa finalidade, tanto de aprovar quanto de discutir as sugestões de pontos
161 apresentadas. Defendeu que, além da identificação dos rios, fosse analisada a relevância
162 técnica de cada ponto. Manifestou concordância com a proposta de Daniel Hoefle no
163 sentido de constituir um GT interno para aprofundar a discussão e apresentar
164 posteriormente uma proposta mais organizada. Luciana Falcão propôs que a análise fosse
165 dividida em duas etapas, sendo a primeira dedicada aos pontos já monitorados, com
166 avaliação criteriosa dos motivos para eventuais cortes, e a segunda voltada aos novos
167 pontos propostos, também acompanhados de justificativas claras sobre sua importância, e
168 questionou especificamente o motivo da exclusão do rio Carioca. Jorge Antônio Silva
169 sugeriu o encaminhamento de delegar ao grupo a responsabilidade de resolver a questão
170 até, no máximo, quarta-feira, esclarecendo que não estivera presente para participar desse
171 processo intermediário. Luciana Falcão e Morvan Nobre defenderam que rios que já
172 vinham sendo monitorados e que possuíam séries históricas não deveriam ser excluídos
173 do monitoramento sem justificativa e propôs que essa diretriz fosse deliberada naquele
174 momento. Após amplo debate, foram propostos dois encaminhamentos: 1. Manter os 23
175 pontos já monitorados e acrescentar na reunião de quarta-feira, às duas horas da tarde,
176 quantos outros forem necessários e possíveis. 2. Discussão sobre a escolha de todos os
177 pontos, sendo possível manter ou excluir os pontos já monitorados, quarta-feira, às duas
178 horas da tarde, reunião online. Foi deliberado que o encaminhamento 2 será realizado,
179 com relatório completo enviado na terça-feira, dia anterior. Sobre **o ponto de pauta 7:**
180 **Plano Geral De Monitoramento da Baía da Guanabara**, esse ponto de pauta não foi
181 abordado. Sobre **o ponto de pauta 8: Aprovar para o ano de 2026 a semana do rio a**
182 **ser realizada pelo CBH-BG em conjunto com as secretarias municipais de meio**
183 **ambiente e/ou educação com foco principal em Bacias Hidrográficas**, esse ponto de
184 pauta não foi abordado. Após os informes, a reunião foi encerrada às 17h35.
185 **Encaminhamentos:** 1. Coordenação: Considerações / correções na Ata do dia



186 22/09/2025: Corrigir o nome do GT Tolueno e Outras Emergências Ambientais, registrar
187 horário de início e fim da reunião e considerar os relatos conforme apresentados; **2.**
188 Indicação para o GACG: Sociedade Civil: Jaqueline Guerreiro – Trama Ecológica Pode
189 Público: Humberto Saito – SEAS; Usuários de Recursos Hídricos: não houve indicação na
190 reunião, abriu prazo até o dia 13/11/2025 para candidaturas; **3.** SE: Datas definidas para as
191 ROs - 2026: 2ª quinta-feira que antecede as reuniões do Comitê OBS: até esta data, não
192 há definição das reuniões Plenárias do Comitê; **4.** Coordenação: reunião online para definir
193 os pontos de monitoramento; **5.** SE: incluir na pauta da próxima reunião do Sub Oeste
194 “Aprovação, para o ano de 2026, da realização da Semana do Rio, promovida pelo CBH-
195 BG, em parceria com as Secretarias Municipais do Meio Ambiente e/ou Educação, com
196 foco principal nas Bacias Hidrográficas. **Participantes - Poder Público:** Conselho
197 Regional de Biologia – CRBio 2ª REGIÃO - Alexandre Buzzani; Fundação Rio Águas -
198 Daniel Bicalho; Prefeitura Municipal de Duque de Caxias – Secretaria Municipal de Obras e
199 Defesa Civil - José Ribeiro Avelar; Prefeitura de Mesquita - Procon – Humberto Garcia;
200 Prefeitura de Magé – SMMA - Maria Aparecida de Souza de Resende; Secretaria de
201 Estado de Ambiente e Sustentabilidade – SEAS - Humberto Saito; Município de Nova
202 Iguaçu - Frederico Ayres Pinheiro; Prefeitura de Mesquita - Procon - Humberto Garcia;
203 Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ - Micheline Leite
204 Marcon Ferreira. **Usuários de Recursos Hídricos:** Iate Clube do Rio de Janeiro - Maria
205 Carolina Marinho; Águas do Rio 1 - Vitor Hugo de Oliveira Andrade; Companhia Estadual
206 de Águas e Esgotos – CEDAE - Sheila Barbosa Martins; Colônia de Pescadores Z11 -
207 Álvaro Coelho Revelo; Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga - APELT - Délcio
208 de Almeida Fonseca; Associação de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé -
209 ACAMM - Rafael Santos Pereira; Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara -
210 AHOMAR - Edilene Nascimento de Oliveira; Águas do Rio 4 - Gabrielle Duarte Pereira;
211 Águas do Rio 1 - Thabata M Paz. **Sociedade Civil:** Rede de Empreendimentos Sociais
212 para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático e Sustentável – REDECCAP -
213 Rejany Ferreira dos Santos; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro -
214 SENGE-RJ - Jorge Antônio da Silva; Federação das Associações de Moradores do
215 Município do Rio de Janeiro - FAM Rio - Licínio Machado Rogério; Instituto Brasileiro de
216 Direito Ambiental - IBDA - Magno Neves; Trama Ecológica - Jacqueline Guerreiro;



217 Defensores do Planeta- Mauro Pereira; Instituto de Desenvolvimento Socioambiental e
218 Humano - OngBR - Jayme de Oliveira Filho; Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão
219 de Bacias Hidrográficas – FONASC - Uiara Martins; Sociedade dos Engenheiros e
220 Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro – SEAERJ - Morvan Nobre; Associação de
221 Moradores e Amigos Viva Cosme Velho - Luciana Falcão; Escola Politécnica /
222 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - José Paulo Azevedo; Instituto Coral Vivo
223 - Iamê da Silva Sá. **Convidada:** Ilca Bezerra. **AGEVAP:** Henristoni Souza/Tânia Sousa.

224

225 Jorge Antônio da Silva

226 Maria Carolina Leitão

227 Márcio Franco da Costa

228 **Coordenação Colegiada do Subcomitê Oeste**

229

